

O exílio no imediato pós-golpe: mecanismo de exclusão política

Exile in the immediate post-coup: mechanism of political exclusion

Maria Cláudia Moraes Leite

Mestranda em História

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

conversecomclau@gmail.com

RESUMO: O presente artigo, decorrente da pesquisa de mestrado *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*, pretende discorrer sobre o exílio imposto no imediato pós-golpe como uma das formas de exclusão política utilizada pelos governantes militares brasileiros contra indivíduos asilados no Uruguai e ligados ao governo deposto.

PALAVRAS-CHAVE: Exílio político, Ditadura militar brasileira, Repressão.

ABSTRACT: This article, resulting from master's thesis research *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*, aims to discuss about forced exile in the immediate post-coup as a form of political exclusion used by the Brazilian military rulers against politicians refugees in Uruguai, linked to the deposed government.

KEYWORDS: Political exile, Military Brazilian dictatorship, Restrain.

Introdução

O ano era 1964. O governo de João Goulart passava por instabilidades, o que ocorria desde o início do seu mandato devido à renúncia do então presidente Jânio Quadros. A posse de Jango, como o presidente era conhecido, só foi possível devido à Campanha da Legalidade (1961) liderada pelo seu cunhado, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola. A campanha garantiu a Goulart o cargo de Presidente, porém com poderes limitados por um sistema parlamentarista, que conferiu “a legalidade – leis válidas ou aceitas –, mas não a legitimidade, cujo significado refere-se ao exercício do poder”.¹

Logo após assumir o governo, Goulart deparou-se com as demandas históricas da esquerda: as reformas de base. Para a esquerda, tratava-se de um conjunto de medidas que buscava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país: reformas bancária, com a finalidade de criar um sistema controlado pelo Estado e voltado para atividades que garantissem a autonomia nacional; urbana, com o intuito de combater a especulação imobiliária e planejar o crescimento das

¹ WASSERMAN, Claudia. A Legalidade: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961. In: _____. *O Movimento da Legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011, p. 72-73.

idades; universitária, para fazer o ensino e a pesquisa voltarem-se para o atendimento das necessidades sociais e nacionais; agrária, para fazer a distribuição de terras e romper com as bases de sustentação do latifúndio, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a reforma do estatuto do capital estrangeiro, que disciplinaria os investimentos limitando a remessa de lucro para o exterior. Por outro lado, de acordo com Dreifuss, havia também uma parcela da sociedade por ele denominada elite orgânica que tinha por objetivo estabelecer-se

no poder do Estado e realizar mudanças econômicas, administrativas e políticas que os interesses representados no IPES exigiam. Taticamente, o complexo IPES/IBAD² estava engajado em uma vasta campanha que procurava manipular a opinião pública e doutrinar as forças sociais empresariais, modelando esses interesses em uma classe “para si”. Além disso, ele estava envolvido em uma abrangente campanha que visava impedir a solidariedade das classes trabalhadoras, conter a sindicalização e mobilização dos camponeses, apoiar as clivagens ideológicas de direita na estrutura eclesiástica, desagregar o movimento estudantil e bloquear as forças nacional-reformistas no Congresso e, ao mesmo tempo, mobilizar as classes médias como a 'massa de manobra' da elite orgânica.³

Em meio a estes embates pró e contra reformas – tendo em vista que a sociedade brasileira, já apresentava interesses opostos desde antes do golpe –, em 1º de abril os militares, apoiados por diversos setores da sociedade civil⁴, depuseram o presidente, dando início a uma ditadura que duraria 21 anos⁵. Desta forma, tendo como cenário a ditadura militar imposta pelo golpe de 1964, este artigo pretende apresentar o exílio imposto no imediato pós-golpe como uma das formas de exclusão política utilizadas pelos militares contra indivíduos ligados ao governo deposto. Sem esquecer, contudo, que este não foi um evento isolado na conjuntura das ditaduras militares que tomou conta dos países latino-americanos a partir da década de 1960.

O exílio

Exílio. Do latim *exilium*, o que representa uma situação de desterro, deportação, degrado. No período da ditadura militar brasileira esse foi o caminho encontrado por inúmeras pessoas que

² IPES: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. IBAD. Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

³ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 281.

⁴ Assim como as forças apoiadoras das reformas de base – Ligas Camponesas, Partido Comunista Brasileiro, Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, etc – os setores da sociedade civil que apoiaram o golpe também eram caracterizados pela heterogeneidade – dos mais radicais até segmentos aparentemente neutros, mais observadores do que participativos. De acordo com Reis, podemos destacar as elites tradicionais, boa parte das classes médias e até mesmo setores populares, como pequenos proprietários, profissionais liberais, oficiais das Forças Armadas, jornalistas, trabalhadores autônomos. REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (ebook).

⁵ Na historiografia recente não há concordância sobre a duração da ditadura militar brasileira. No seu mais novo livro, *Ditadura e democracia no Brasil*, Daniel Aarão Reis afirma que a ditadura durou 15 anos, de 1964 a 1979. Já o período de 1979 a 1988 é denominado pelo autor de transição democrática e inicia-se com a revogação das leis de exceção – os Atos Institucionais – e a aprovação da Lei da Anistia (1979) e termina com a aprovação de uma nova constituição (1988). REIS. A transição democrática (1979-1988). In: _____. *Ditadura e democracia no Brasil*, 2014.

não puderam ou não quiseram viver sob um regime de exceção. O uso do exílio como mecanismo de exclusão política na América Latina, contudo, já vinha sendo utilizado há muito tempo, desde a desintegração do império espanhol nas Américas e a subsequente disputa pelo poder entre as elites políticas dos novos países independentes. Todos os países da América Latina, na análise de Luis Roniger, incorporaram o exílio como uma prática política importante, apesar das trajetórias institucionais diferentes⁶.

Nos momentos do imediato pós-golpe, a junta militar que assumiu o governo tratou de reprimir os setores considerados subversivos: sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos de esquerda, a FMP⁷ liderada por Brizola, o novo governo teve como uma de suas bases a promulgação de inúmeros Atos Institucionais⁸. Apenas oito dias após o golpe foi redigido em segredo e assinado o Ato Institucional nº 1 (AI-1). Esse Ato limitava drasticamente os poderes do Congresso Nacional e continha outras medidas de controle do Judiciário e suspensão dos direitos individuais, destinadas a abrir caminho para a “operação limpeza”.⁹ Esta operação foi o codinome utilizado pelos militares para designar o conjunto de medidas¹⁰ adotadas pelo novo governo para afastar e eliminar os seus opositores, num esforço destinado a ativar as forças repressivas e dar ao Estado o controle sobre as áreas políticas, militares e psicossociais¹¹.

É necessário mencionar que a permanência dos regimes militares latino-americanos no poder foi possível graças à existência de uma ideologia que perpassava as peculiaridades nacionais e mantinha a estrutura e a coerência de cada um. Essa ideologia foi denominada de “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN) e sofreu adaptações em todos os países nos quais foi utilizada, mas

⁶ RONIGER, Luis. Reflexões sobre o exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, Samantha Viz. *Caminhos cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos* (org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.32.

⁷ Quando Brizola já havia sido eleito deputado federal pela Guanabara surgiu, em 1963, sob sua liderança, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Nessa Frente reuniam-se as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base, esforçando-se para que Jango assumisse os compromissos reformistas, mesmo que para isso fosse preciso existir uma política de confronto com a direita, incluindo o Partido Social Democrático – PSD. FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 189.

⁸ Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais e 102 Atos Complementares.

⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 54-55.

¹⁰ Este conjunto de medidas constituía-se em diversas estratégias. A primeira delas referia-se à mobilização das forças repressivas. Foram instalados Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal para identificar os que estavam envolvidos em atividades subversivas. A estratégia política, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), dizia respeito à vigilância e controle dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. A estratégia militar refere-se ao controle dos militares, área de particular interesse para o Estado de Segurança Nacional. Uma série de mecanismos de controle foi criada para limitar a participação política e fazer valer os padrões hierárquicos, de modo a assegurar a predominância dos pontos de vista dos oficiais detentores do poder. A estratégia psicossocial concentrava-se especialmente nos movimentos sociais que ganharam força nos anos anteriores ao golpe de Estado. Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos muitos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes. ALVES. *Estado e oposição no Brasil*, p. 56-71.

¹¹ ALVES. *Estado e oposição no Brasil*, p. 56.

sem deixar de se valer da ideia de que “a guerra e a estratégia eram a única resposta a tudo”.¹² A DSN foi criada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e, baseada nesta, o governo estadunidense acabou utilizando-a como um importante meio para manter ditaduras militares na América Latina. O objetivo desta doutrina era a contenção ao “comunismo”, ou seja, qualquer ato que na prática interferisse nos interesses políticos, sociais ou econômicos dos EUA. De acordo com Enrique Serra Padrós, uma das premissas da DSN era o fim do pluralismo político como sendo essencial para a resolução de conflitos sociais, ou seja, a Doutrina considerava negativa a ideia de que interesses de classe pudessem mover os setores políticos dirigentes¹³.

Dentre os artigos do AI-1, interessa nos marcos dessa pesquisa o Artigo 10¹⁴, que autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por um período de dez anos. Para Alves,

A suspensão dos direitos políticos eliminava o direito de voto, de candidatura eleitoral e de participação em atividades político-partidárias. O Ato continha uma lista daqueles que imediatamente perderiam seus mandatos eleitorais e teriam suspensos seus direitos políticos. O nome do Ex-Presidente encabeçava a lista, seguido por 40 membros do Congresso Nacional. Outras 100 pessoas mencionadas perderiam seus direitos políticos por 10 anos.¹⁵

No momento da assinatura do Ato Institucional, João Goulart já havia saído do país, uma vez que havia a perspectiva de sua prisão desde os primeiros momentos do golpe. Contudo, imersos neste contexto de suspensão dos direitos políticos e cassação de mandatos, encontravam-se os políticos ligados ao governo deposto ou que eram vistos como opositores ao novo regime. Dentre eles, podemos citar Amaury Silva, Renato Archer, Cláudio Braga, Djalma Maranhão, Waldir Pires, Darcy Ribeiro e Leonel de Moura Brizola, que estava foragido desde os primeiros dias do golpe¹⁶. Grande parte destes políticos e intelectuais escolheu o exílio como destino no pós-golpe, uma vez que a dificuldade em permanecer no país era cada vez maior.

¹² COMBLIN (Pe.), Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 15-16.

¹³ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional*. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil Militar. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2005, p. 52-53.

¹⁴ “Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.” Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964.

¹⁵ ALVES. *Estado e oposição no Brasil*, p. 56.

¹⁶ Amaury Silva: Tornou-se Ministro do Trabalho e Previdência Social no governo de João Goulart (1963). Após o golpe, acompanhou Jango na sua viagem ao Uruguai, onde ambos solicitaram asilo político. Renato Archer: Atuou no Ministério das Relações Exteriores, mas deixou o Itamarati em junho de 1962 para concorrer às eleições legislativas. Foi um dos principais articuladores da Frente Ampla, lançada oficialmente em outubro de 1966 com o objetivo de unificar a oposição o regime militar, aglutinando as forças lideradas pelos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Mesmo com dificuldades, optou por permanecer no país. Waldir Pires: em maio de 1963 foi nomeado Consultor-Geral da República. Após um período de exílio no Uruguai, seguiu para a França onde se tornou professor da Faculdade de

O exílio, conforme Denise Rollemberg, sempre acompanhou a história da humanidade, sendo uma experiência primordial, ao mesmo tempo social e individual. Para a autora, o exílio estrutura arquétipos da cultura ocidental. Considera Ulisses o protótipo do exilado, o herói guerreiro de Homero proibido por Posêidon de voltar a sua terra natal. Cada exílio, porém, é definido por uma conjuntura específica, por problemas próprios ao tempo e ao lugar¹⁷. Mesmo assim, há elementos comuns possíveis de serem percebidos nos diversos exílios que ocorreram em diferentes momentos da história. Rollemberg afirma que “o exílio tem a função de *afastar/excluir/eliminar* grupos ou indivíduos que, manifestando opiniões contrárias ao *status quo*, lutam para alterá-lo”.¹⁸ Para a autora, “o exilado tem um projeto sociopolítico para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado”.¹⁹

Esse afastamento/exclusão provocava nos indivíduos a ruptura com uma realidade e o desenraizamento do universo de referências que dava sentido às suas vidas. A experiência do exílio destruía o movimento do conhecido para mergulhar no desconhecido. A história do dia a dia do exilado é, portanto, “a história do choque cultural renovado constantemente; do mal-estar em relação ao outro e, sobretudo, em relação a si mesmo, entre o que se era – ou se pretendia ser – e o que se acabou sendo de fato”.²⁰

Denise Rollemberg nos mostra que, para algumas pessoas, o exílio foi “um drama insuportável, que levou, no limite, à loucura ou até mesmo ao suicídio, evidenciando o quão dilacerante a dor do exílio pode ser. Entre os extremos, as vivências foram inúmeras”.²¹ A autora também aponta a importância de se pensar “como a desorientação provocada pelo exílio atuou na redefinição do projeto político anterior, a partir da reconstrução da identidade dos exilados”.²² Como pode ser visto, o exílio não é apenas um afastamento físico de paisagens e pessoas

Direito da Universidade de Dijon, em 1966, e do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris, em 1968. Retornou ao Brasil em 1970. Djalma Maranhão: Em 1960 foi eleito prefeito de Natal, Rio Grande do Norte, mas com o golpe foi afastado da prefeitura e preso preventivamente. No final de 1964 foi libertado por força de um “habeas corpus” concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Conseguiu asilo na embaixada do Uruguai indo morar naquele país, onde veio a falecer em 1971. Darcy Ribeiro: Assumiu em 1962, no governo de João Goulart, o Ministério da Educação e da Cultura. Em 1963, por ocasião da volta do regime presidencialista, deixou o Ministério para assumir a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Com o golpe, Darcy exilou-se no Uruguai, onde lecionou antropologia na Universidade da República Oriental do Uruguai, em Montevideú. Em 1968 retorna ao Brasil, porém com o AI-5 é preso e indiciado sob a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional. Permaneceu preso até setembro do ano seguinte, quando foi julgado e absolvido pela Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro. Em seguida voltou a deixar o país, fixando-se na Venezuela e posteriormente no Peru. Fonte: FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Conhecer um pouco a trajetória destas pessoas após o golpe permite-nos também identificar aproximações e distanciamentos com a trajetória de Brizola, nosso objeto de estudo.

¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e rades*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 23-24.

¹⁸ _____. *Exílio. Entre raízes e rades*, p. 23-24.

¹⁹ _____. *Exílio. Entre raízes e rades*, p. 45.

²⁰ _____. *Exílio. Entre raízes e rades*, p. 133.

²¹ _____. *Exílio. Entre raízes e rades*, p. 133.

²² _____. *Exílio. Entre raízes e rades*, p. 133.

conhecidas. No decorrer dos anos, ou até mesmo de imediato, o exílio torna-se uma espécie de tortura, de espera insuportável. Segundo Maren e Marcelo Viñar,

El hombre se construye a partir de suas ilusiones y de sus proyectos, y una de las dimensiones de la existencia es el hecho de remodelar permanentemente ese juego de ilusiones y de proyectos, que se juega entre el ser y su entorno. El exilio hace abortar ese movimiento y lo destruye, para reiniciarlo en la extrañeza de lo no-familiar. Pero eso su dimension de traumatismo. Se presenta como un tiempo de inércia y de contemplación, que emerge luego de la tormenta, el naufragio y la catástrofe; propone el desafio de lo que es posible a partir de la perdida, de la desilusión, del descorazonamiento, de la derrota.

No estamos muy lejos de lo que Freud llama trabajo de duelo, com lo que implica de dolor psíquico, con su dimensión muy cercana al traumatismo y la de una desconexión inasimilable.²³

De acordo com os autores, a primeira etapa do exílio é a mais difícil – a depressão, a melancolia constituem um dos níveis elementares do vivido: esta nostalgia, tristeza doce ou dolorosa, confere ao tempo vivido um caráter descontínuo: “hay un antes y / o un después imaginario que ocupa un lugar privilegiado y que funciona como una orden contradictoria: adáptate a esto donde estás, trabaja, crea, aprende, pero no hasta el punto de no querer regresar a ló tuyo”.²⁴ A volta ao país de origem sempre esteve nos planos dos exilados.

O primeiro grupo de exilados que deixou o país, de acordo com a definição proposta por Denise Rollemberg, ficou conhecido como a primeira geração ou geração de 1964. Dentre os exilados, muitos já atuavam antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo, e muitos eram militantes mais jovens; havia políticos e intelectuais que defendiam reformas no país por meios institucionais e grupos que propunham transformações mais profundas, sem o uso da lei. Todavia, tinham em comum a experiência da conjuntura anterior ao golpe:

as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, *a reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. [...] Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente.²⁵

O segundo grupo ficou conhecido como a geração de 1968 e estava identificado a militantes mais jovens, muitos oriundos do movimento estudantil, de onde saíram para integrar a luta armada. Quando partiram, a maioria não tinha ainda uma profissão definida e vivenciou o exílio em seus anos decisivos como indivíduos e profissionais. É importante fazer essa diferenciação entre as duas gerações para mostrarmos a saída de indivíduos do país em dois momentos diferentes – o que não

²³ VIÑAR, Maren y Marcelo. La experiencia del exilio. In: _____. *Fracturas de memoria: crônicas para una memoria por venir*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 88.

²⁴ VIÑAR. *La experiencia del exilio*, p. 88.

²⁵ ROLLEMBERG. *Exílio. Entre raízes e radares*, p. 50.

quer dizer que não houve saída de pessoas entre essas datas, uma vez que, como aponta Rollemberg, “o exílio brasileiro jamais chegou a ser de massa, como outros na América Latina”.²⁶ É preciso destacar também que o número de exilados da primeira geração foi bem menor que o da segunda.

O Ato Institucional N° 5, de 13 de dezembro de 1968, que decretou o recesso do Congresso Nacional e conferiu plenos poderes ao regime, contribuiu para a saída de inúmeros indivíduos que não viam alternativas a não ser abandonar o país. Até este momento não havia o banimento, que se oficializou no Ato Institucional N° 13. Os Atos Institucionais, dessa forma, não são os únicos fatores que explicam o exílio; as condições impostas pelas perdas dos direitos políticos, as perseguições dos órgãos públicos de repressão e o fechamento do regime levaram muitos a se exilarem.

A primeira geração exilou-se em vários países, como o México, Chile, Bolívia, Argélia e França, porém a maioria dos exilados – como João Goulart e Leonel Brizola – foi seduzida pelo Uruguai e seu sistema político, visto como uma democracia exemplar na América Latina. Muitas das ideias defendidas pelos políticos exilados após a queda de Goulart – o discurso nacionalista, as críticas ao imperialismo estadunidense, a luta pela reforma agrária e o apoio às causas trabalhistas e à Revolução Cubana – eram também compartilhadas por alguns setores políticos e até mesmo por parte da população uruguaia. Dessa forma, os brasileiros que buscaram o exílio no Uruguai encontraram um ambiente receptivo e de apoio às suas motivações políticas²⁷.

Foi justamente no país vizinho que os políticos exilados encontraram, através da imprensa estrangeira, uma maneira de denunciar a ditadura militar. O semanário *Marcha* publicação surgida em 1939, ganhou destaque internacional ao possibilitar debates cujo conteúdo era de interesse de todo o continente latino-americano. Foi o meio de comunicação uruguaio que permitiu aos exilados brasileiros expressarem-se em relação ao golpe e a conjuntura brasileira vivenciada naquele momento em que a ditadura estava instituindo-se no Brasil. Os periódicos internacionais eram vistos como uma importante arma de denúncia dos brasileiros no exterior – esse tipo de ação oposicionista não era exclusivo dos brasileiros no Uruguai, também era utilizada por exilados em outros países sul-americanos e europeus. O fato de estarem teoricamente livres da censura imposta pelos militares fez os brasileiros no exílio enxergarem a imprensa como uma forte arma contra o

²⁶ ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Orgs). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia. (1964...). Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 1.

²⁷ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2006, p. 55.

regime autoritário. O espaço conquistado na imprensa uruguaia permitiu ao exterior ter acesso a outras interpretações sobre o golpe civil-militar, dificultando o sucesso da campanha que o governo brasileiro promovia nos planos interno e externo, visando apontar os grupos de oposição ao novo regime como os grandes “inimigos” do desenvolvimento do país. Contudo, esses indivíduos ainda estavam excluídos do cenário político brasileiro.

Como resposta, os governos brasileiro e uruguaio estabeleceram uma rede repressiva transnacional, demonstrando que essa política de exclusão foi, em realidade, regional, estabelecida antes mesmo da Operação Condor, que visava eliminar as lideranças latino-americanas consideradas “subversivas” e que não haviam ainda sido isoladas politicamente pelo exílio.

Considerações Finais

O exílio no pós-golpe pode ser considerado como um mecanismo de exclusão política na medida em que afastou do cenário político brasileiro aqueles indivíduos que poderiam, de alguma forma, lutar contra a ditadura que se instalou a partir de abril de 1964. Com o passar do tempo e com o aumento da estrutura repressiva e da perseguição aos opositores, o caráter do exílio se transformou no Brasil. Dessa forma, a partir de 1968, o exílio passou a ser uma ameaça para aqueles que desafiavam o regime, independente da posição política e social. Assim, o grupo que saiu depois de 1968 estava ligado às ações de esquerda concretizadas após 1964, como a luta armada, o movimento estudantil e o sequestro de diplomatas. Dessa forma, podemos entender o exílio pós-golpe como uma tentativa real dos militares brasileiros de exclusão política direcionada somente a membros de oposição vindos das elites sociais e do governo deposto em 1964.

É preciso compreender também que o exílio no pós-golpe levou diversas dificuldades àqueles que preferiram ou tiveram que abandonar o país. Complementando o que já foi exposto no decorrer do texto, não foi apenas o choque cultural ou a sensação de perda de raízes que os exilados tiveram de enfrentar, mas principalmente a perda do *status* econômico que estes indivíduos tinham no Brasil. E apesar dos problemas enfrentados pelos exilados, havia também a rede de apoio formada por esses indivíduos, seja para pensar sobre uma possível insurreição contra o regime brasileiro, seja para ajudar financeiramente os recém-chegados ao exílio. Ao optarem pelo país vizinho, estes indivíduos sabiam que o Uruguai era conhecido por sua democracia e localização estratégica, possuindo uma grande fronteira com o estado do Rio Grande do Sul. Por ali passaram também inúmeros membros de esquerda, muitos na clandestinidade, levando e trazendo notícias dos exilados, os chamados “pombos-correios”, nome dado a estes indivíduos, o que permitia a articulação política entre os que se exilaram e os que aqui ficaram.

O exílio é ainda pouco estudado na historiografia brasileira. Há muito ainda que se questionar sobre as circunstâncias em que um indivíduo teve que sair do país, aprofundar temas como as dificuldades encontradas pelos exilados e as redes de sociabilidade formadas, assim como os sofrimentos causados pelo fato de exilar-se. Dessa forma, esperamos ter contribuído um pouco com a questão, levantando algumas hipóteses que podem ser discutidas e aprofundadas sobre o exílio durante a ditadura militar brasileira.

Recebido em: 15/12/2013

Aceito em: 25/07/2014